

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-12-06

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Dias, P. J. V. L. & Vieira, Y. P. (2018). O perfil da investigação em fiscalidade nos anos 2015 e 2016. In XXVIII Jornadas Luso Espanholas de Gestão Científica. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Dias, P. J. V. L. & Vieira, Y. P. (2018). O perfil da investigação em fiscalidade nos anos 2015 e 2016. In XXVIII Jornadas Luso Espanholas de Gestão Científica. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

O PERFIL DA INVESTIGAÇÃO EM FISCALIDADE NOS ANOS 2015 E 2016

Paulo Jorge Varela Lopes Dias
paulo.dias@iscte-iul.pt
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Yolimar Pereira Vieira
Yolimar_Vieira@iscte.pt
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

RESUMO

O objetivo principal deste estudo consiste em caracterizar a investigação efetuada em fiscalidade nos anos de 2015 e 2016, através da análise dos artigos publicados em algumas das principais revistas nesta área, procurando identificar eventuais tendências na investigação, nos temas abordados e nas metodologias utilizadas. O segundo objetivo consistiu em analisar o perfil dos investigadores e a sua afiliação. Para o efeito foram analisados os artigos publicados no *The Journal of the American Taxation Association* (JATA), *National Tax Journal* (NTJ), *International Tax and Public Finance* (ITPF), *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* (JIAAT), *Tax Policy and the Economy* (TPE) e *eJournal of Tax Research* (eJTR). Conclui-se que as áreas em estudo mais pesquisadas foram *Taxation*, *Corporate Tax* e *Public Finance*, tendo a maioria dos investigadores origem nos Estados Unidos da América, optado por trabalhar de forma coletiva e recorrido preferencialmente a base de dados para consubstanciar os seus estudos.

PALAVRAS-PASSÉ: investigação, fiscalidade, revistas, afiliação.

ABSTRACT

The main goal of this study is to describe the research carried out in taxation in the years 2015 and 2016, by analysing the articles published in some of the main journals in this area. We have aimed to identify possible trends in the research, in the topics covered and in the methodologies used. The second goal was to analyse the profile of the researchers and their affiliation. For this purpose, the articles analysed were those published in the *The Journal of the American Taxation Association* (JATA), *National Tax Journal* (NTJ), *International Tax and Public Finance* (ITPF), *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* (JIAAT), *Tax Policy and the Economy* (TPE) and *eJournal of Tax Research* (eJTR). We have concluded that the most researched topics were *Taxation*, *Corporate Tax* and *Public Finance*. The majority of researchers have come from the United States of America, have chosen to work collectively and have preferred the database to substantiate their studies.

KEYWORDS: research, taxation, journals, author affiliation.

1 – INTRODUÇÃO

Para as instituições de ensino superior e para os autores, a publicação de investigações em revistas distinguidas nas respetivas áreas de estudo acrescenta valor não só ao próprio investigador, uma vez em que é um marco benéfico à sua vida profissional, como também ao reconhecimento da universidade de afiliação como instituição ativa na investigação, aliciando alunos, docentes e investigadores (Reis, Dias e Machado 2017).

Tendo assistido nos últimos anos a um incremento do número de publicações de artigos científicos, em revistas especializadas, passando a ter cada vez mais relevância no meio académico, surge a necessidade de analisar e compreender a investigação em Fiscalidade, contribuindo assim para o conhecimento do estado da investigação. Neste contexto, o presente estudo constituirá um importante contributo académico, de apoio científico para os investigadores, em futuras pesquisas inerentes à investigação em fiscalidade, pois serão identificadas algumas tendências destas publicações.

Inicialmente foi realizado um estudo por forma a escolher quais os *journals* mais prestigiosos que seriam analisados para esta investigação. Numa segunda fase foram revistos e analisados os artigos publicados no *The Journal of the American Taxation Association* (JATA), *National Tax Journal* (NTJ), *International Tax and Public Finance* (ITPF), *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* (JIAAT), *Tax Policy and the Economy* (TPE) e *eJournal of Tax Research* (eJTR) durante os anos 2015 e 2016 a fim de se ter um conhecimento mais profundo sobre a investigação em fiscalidade num espaço temporal de 2 anos. Com o intuito de caracterizar a investigação em fiscalidade, agregando o máximo de dados disponíveis, foi construída uma base de dados alicerçada na leitura e análise dos artigos científicos publicados nestas revistas, tendo em conta as características dos investigadores e das suas publicações. Os dados para o desenvolvimento desta investigação, tanto da revisão de literatura como para o estudo empírico foram retirados da B-On (Biblioteca do conhecimento online).

2 – REVISÃO DA LITERATURA

Um sistema fiscal cuidadosamente planeado pode ter um impacto significativo na economia de um país, uma vez que garante a estabilidade das finanças públicas, aumenta o crescimento, potencia o desenvolvimento, o emprego e a competitividade, contribuindo para uma distribuição de rendas mais equitativa.

Atualmente, na era digital e do conhecimento, a resposta às muitas questões fiscais torna-se mais onerosa. A grande complexidade associada às leis fiscais e às operações de negócio e a sobrecarga de informação concorrem para uma maior dificuldade na obtenção de um planeamento fiscal efetivo, por exemplo. Neste contexto, a evolução do típico processo de investigação na área fiscal, desde os tempos antigos até aos dias de hoje, onde é mais frequente a disponibilidade e utilização de plataformas digitais, permite uma maior compreensão face às estratégias fiscais modernas aplicadas.

Ao longo dos anos, dada a sua multidisciplinidade, a investigação em fiscalidade foi muitas vezes associada a áreas do conhecimento como a economia, as finanças públicas e o direito fiscal. Este último, segundo Shackelford e Shevlin (2001), mais preocupado com a constitucionalidade das normas ou na avaliação do impacto dos impostos das organizações, enquanto que os primeiros centravam o seu foco em análises mais macro e relacionados com a eficácia e a eficiência das políticas fiscais.

Os primeiros estudos realizados na ótica da contabilidade surgem apenas por Scholes e Wolfson (1992) e Lamb e Lymer (1999), tendo estes obtido evidências do seu carácter residual nas revistas de contabilidade, ao identificarem que menos de 5% do total de artigos publicados nestas revistas abordava a temática da fiscalidade.

Shackelford e Shevlin (2001) procuraram justificar esta discrepância precisamente na já referida multidisciplinidade da fiscalidade, procurando demonstrar que esta era seguida não só por contabilistas mas também por economistas, juristas e investigadores de finanças, argumento mais tarde corroborado por Maydew (2001) e Hanlon e Heitzman (2009)

Assim, foi concretizada uma revisão de bibliografia face ao processo de investigação ao nível da fiscalidade desde o tempo passado ao futuro, incluindo o tempo atual.

A pesquisa em fiscalidade na era pré-digital geralmente envolvia uma série de etapas desenhadas para transpor uma ampla escala para uma mais curta com o objetivo de reconhecer questões fiscais essenciais e encontrar fontes primárias significativas no âmbito do direito para resolvê-las. Geralmente, os investigadores na área da fiscalidade começariam com materiais editoriais ou fontes secundárias para ajudar a definir os problemas e identificar quais as seções de código legal aplicadas, selecionar palavras-chave e recuperar as principais fontes primárias das leis sobre estes problemas. Então, principiariam a ler estas fontes primárias, utilizando-as para ajudar a localizar outras que poderiam ser ainda mais relevantes. Em seguida, verificar-se-iam os citadores para se certificarem de que as autorias ainda eram válidas e encontrar ainda mais fontes. Finalmente, conduziam uma pesquisa por palavra-chave em bases de dados eletrónicas para garantir que nada havia ter sido deixado para trás.

No início dos anos 2000, as editoras criaram bases de dados específicas de fiscalidade, tais como a *RIA Checkpoint*, *CCH Tax Research Network* e *BNA Tax and Accounting*. Essas plataformas ofereceram nas atualizações frequentes, a capacidade de estabelecer links entre materiais editoriais e fontes primárias, e a pesquisa fácil de palavras-chave de muitos tipos diferentes de materiais. Este acesso digital ofereceu várias vantagens, como a oportunidade de pesquisar os materiais mais atuais de qualquer lugar físico e a capacidade de mudar entre fontes com facilidade. Para os investigadores experientes, estas plataformas ofereceram uma melhoria real e efetiva. Eles puderam replicar as suas metodologias típicas de pesquisa de forma mais rápida e eficiente. Para os investigadores inexperientes, as plataformas digitais tornaram muito mais fácil a busca direta através de palavras-chave sem primeiro ter um contexto, uma compreensão básica dos problemas ou as palavras-chave corretas.

Recentemente, muitos começaram a questionar a eficácia e a eficiência da busca por palavras-chave. Com a grande quantidade de informações on-line disponíveis, a pesquisa por palavras-chave geralmente produz muitas fontes para destruição, sem consideração pela qual é a mais absolutista ou útil. É muito fácil encontrar uma fonte que pareça fornecer "a resposta" à primeira vista, mas é difícil encontrar as melhores fontes absolutistas e de alta qualidade que realmente podem ser imprescindíveis, podendo ser bastante custoso na pesquisa em fiscalidade. É difícil conseguir que os estudantes em fiscalidade tenham evoluído a busca por palavras-chave para aproveitar o tempo para seguir um plano de pesquisa fiscal passo a passo, mesmo depois de encorajá-los a fazê-lo. Em vez disso, eles muitas vezes vão logo pesquisar palavras-chave em várias bases de dados e normalmente cometem alguns erros. Às vezes, eles encontram a resposta fácil e rápida, mas as conclusões são muito simplista e na verdade não abordam a questão correta ou têm em consideração os fatos. Outras vezes, eles seguem diretrizes que não são realmente relevantes, gastando horas a pesquisar questões que não se aplicam aos fatos em estudo. As competências de pesquisa em fiscalidade são melhor adquiridas com a prática, mas, infelizmente, os investigadores geralmente aprendem maus hábitos graças à sua inclinação natural pela busca por palavras-chave. Os investigadores experientes geralmente têm um quadro de referência suficiente para escolher as palavras-chave corretas a pesquisar e geralmente sabem o suficiente para procurarem até encontrar uma fonte completa o suficiente para responder a uma pergunta complicada, sendo necessário mais tempo.

No seu artigo de 2009 no *Law Library Journal*, *Not Just Key Numbers and Keywords Anymore: How* o bibliotecário de lei de Cornell, Julie Jones, explica que enquanto a pesquisa pode recuperar documentos específicos de forma muito rápida e eficiente (especialmente usando termos de pesquisa bem informados), muitas vezes produz muitas coisas estranhas resultados retornados sem qualquer contexto. Os designers de motores de busca entendem esse problema e estão trabalhando para resolvê-lo.

Os novos mecanismos de busca aproveitam a busca semântica, em que o motor melhora a precisão ao entender a intenção do usuário e o significado contextual dos termos para produzir resultados mais relevantes. Esses mecanismos de pesquisa inteligentemente projetados usam contexto, variações de palavras, sinônimos e consultas passadas de muitos usuários para entender a intenção do usuário. Os resultados são classificados em termos de relevância, em vez de palavra-chave, para que o usuário não tenha que passar o tempo para classificar uma longa lista de hits para determinar o que é útil. Os profissionais do imposto parecem apreciar ferramentas de pesquisa que aprendem com os usuários. Michael Greenwald, de Friedman LLP explica, Jones também discutiu informações emergentes sobre alfabetização aplicadas à pesquisa legal on-line, argumentando que essas alfabetizações devem informar como os motores de busca se adaptam às necessidades humanas para produzir os resultados mais úteis.

- Alfabetização gráfica. As pessoas pensam visualmente e processam dados melhor com representações visuais de informação.
- Alfabetização em navegação. As pessoas têm que manobrar informações online em uma tela de texto não-linear desorganizada. Isso cria problemas de compreensão e memória.
- Alfabetização por ceticismo. As pessoas devem avaliar criticamente suas ferramentas de pesquisa e as fontes de informação dentro delas.
- Alfabetização Contextual. As pessoas precisam ver conexões entre e dentro de informações em um ambiente de *hiperlink*. Simplesmente fornecer *hiperlinks* é bom, mas visualizar graficamente as conexões é melhor. Idealmente, as versões novas e melhoradas das plataformas de pesquisa tributária considerarão essas informações alfabetizadas, tornando as interfaces e resultados de pesquisa mais gráficos, criando ferramentas

para lembrar os pesquisadores onde foram e onde deveriam seguir, indicando a credibilidade relativa e a autoridade de várias fontes, e ajudar os usuários a ver conexões não só entre fontes, mas também entre tópicos. Em um levantamento anual de software de impostos de 2011 pelo *Journal of Accountancy* e o assessor fiscal, os entrevistados indicaram que a facilidade de encontrar respostas para suas questões fiscais e amplitude de material são as características mais importantes no software de pesquisa fiscal. Essas duas facetas estão relacionadas, uma vez que a grande amplitude do material só é útil se os usuários puderem facilmente encontrar as peças mais úteis. Melhorar o software de pesquisa fiscal para melhor atender às novas necessidades de alfabetização de informações aumenta a probabilidade de os pesquisadores fiscais encontrarem as informações de que precisam de forma eficiente.

Neste contexto, e seguindo a abordagem efetuada por Hanlon e Heitzman (2009) no seu estudo, procurou-se dividir a investigação em fiscalidade em oito grandes áreas, ou subtemas, as quais passaremos a descrever de seguida.

Taxation

Primeiro, numa perspetiva mais abrangente, surge a *taxation*, onde se incluem não só estudos sobre situações específicas ou impostos muito particulares, como a tributação dos combustíveis por exemplo, mas principalmente os impostos sobre as pessoas singulares, dado o seu papel primordial no financiamento dos países, na satisfação das suas necessidades e no fomento de uma maior justiça e igualdade entre os cidadãos (Schneider, 2008; Prichard, 2016).

Public Finance

Reconhecida a indispensabilidade dos impostos para financiar a despesa pública e assegurar que o peso a pagar por esta despesa é distribuído de uma forma economicamente sustentável e politicamente aceitável, surge a sua investigação numa ótica macroeconómica, sendo as finanças públicas, segundo Rosen (2004) e Block (1989), a vertente da economia que estuda precisamente a política fiscal de um país.

Não obstante a investigação em fiscalidade no âmbito das finanças públicas abranger áreas como a otimização fiscal ou o modo como a receita tributária é dirigida para fins públicos e coletivos, como a educação ou a saúde, é a incidência dos impostos que constitui a temática mais estudada, segundo Etro (2016).

Corporate Tax

Em todos os países, a definição da base de tributação das empresas é extremamente complexa, envolvendo uma vasta gama de legislação abrangendo desde subsídios para despesas de capital até a dedução de contribuições para fundos de pensões, a mensuração de ativos, o nível de imparidades ou o tipo de despesas dedutíveis, por exemplo (Devereux, et al, 2002).

Deste modo, a investigação em *Corporate Tax* exige uma combinação de conhecimentos normativos, institucionais, económicos e contabilísticos que permitam correlacionar este tema com outras variáveis empresariais e de gestão Maydew (2001).

Tax Complainece

Com a multiplicação de obrigações fiscais exigidas aos sujeitos passivos dos diversos impostos, é natural que o nível de cumprimento dessas obrigações, definição mais simples para *Tax Compliance* apresentada por James e Alley (2002), seja também alvo de estudo pelos investigadores fiscais.

Existem, no entanto, diferenças entre o cumprimento voluntário dessas obrigações e o desenvolvimento de medidas punitivas que resultam de um maior controlo por parte das entidades tributárias e que conduzem à deteção de práticas de fraude e evasão fiscais. É assim comum associar o *Tax Compliance* com o contencioso tributário.

Tax Competition

A concorrência fiscal entre os países é um tema de pesquisa de crescente importância no contexto da globalização. Se, por um lado, pode conduzir à redução dos impostos cobrados e conseqüentemente à diminuição do nível de serviços públicos prestados, por outro pode aumentar a eficiência fiscal dos estados (Talpos e Crâsneac, 2010).

Este fenómeno é particularmente importante para a UE que tem dedicado inúmeros estudos e publicações com vista a uma maior harmonização dos impostos diretos, em especial os cobrados sobre os lucros das empresas e o rendimento dos cidadãos, objetivo esse ainda longe de ser alcançado.

Tax Incentives

A nível europeu, os estados membros continuam a introduzir reformas definidas para estimular o investimento através da redução de base fiscal. Também foram feitos esforços para simplificar os contextos de negócio e a respetiva relação com os impostos.

Klemm (2009) define incentivos fiscais como o conjunto de medidas que permitem um tratamento fiscal mais favorável para certas empresas ou atividades. Hines (1999), por conseguinte, avançou que elevadas taxas de imposto conduzem a uma menor captação de investimento externo, podendo ainda contribuir para um aumento do nível de Tax Avoidance (Dharmapala e Desai, 2006)

Book-Tax Difference (BTD)

Outro tema que tem despertado o interesse dos investigadores são as diferenças entre os diversos normativos contabilísticos e fiscais a que as empresas estão sujeitas, as quais podem conduzir à existência de duas contabilidades, uma mais focada na mensuração e registo das transações económicas e a outra mais burocrática e com o intuito de cobrar imposto e cujas declarações não são facilmente consultáveis (Hanlon e Hetizman, 2009).

Esta temática é muitas vezes associada a práticas de gestão dos resultados (Guenther, 2011), à qualidade da informação ou aos honorários dos auditores (Hanlon, et al., 2012).

Tax Avoidance / Tax Evasion

Outro tema muito estudado é a evasão fiscal, na medida em que acarreta diversas consequências ao nível da notoriedade das empresas apanhadas em práticas evasivas, como na redução das receitas fiscais que pode conduzir à necessidade de uma maior e mais generalizada cobrança impostos.

Não obstante principal distinção entre *Tax Avoidance* e *Tax Evasion* ser precisamente a legalidade das medidas adotadas, nem todos os autores fazem essa distinção, abordando as duas temáticas como uma só (Hanlon e Hetizman, 2009), dada a reconhecida dificuldade de validar medidas que conduzam à deteção de práticas de evasão fiscal.

A nível europeu, os estados membros, continuam a mostrar determinação em combater a fraude e a evasão fiscal através da introdução de novas reformas a nível europeu e nacional que vão de encontro ao contexto internacional. As iniciativas mais recentes incluem um pacote de medidas na ótica da transparência e um plano de ação com vista obter um sistema fiscal corporativo mais equitativo e eficiente na União Europeia. Os estados membros também tomaram medidas que asseguram que os regimes fiscais específicos sejam menos vulneráveis a evasão fiscal e tem direcionado para as diferenças existentes ao nível das leis fiscais entre os diferentes países.

3 – METODOLOGIA

Esta investigação foi desenvolvida em duas fases distintas, numa primeira foi efetuado um estudo à investigação realizada por Chan et al. (2009), Herron e Hall (2004) e Lowensohn e Samelson (2006), e numa segunda fase foram revistos e analisados os artigos publicados nas mais prestigiadas revistas de fiscalidade nos anos 2015 e 2016. Os dados para o desenvolvimento desta investigação foram retirados da B-On (Biblioteca de Conhecimento Online) disponibilizada pelo ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa), tendo sido utilizados tanto para a Revisão de Literatura como para a realização do Estudo Empírico.

A amostra deste estudo agregou artigos publicados nas revistas: *The Journal of the American Taxation Association* (JATA), *National Tax Journal* (NTJ), *International Tax and Public Finance* (ITPF), *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* (JIAAT), *Tax Policy and the Economy* (TPE) e *eJournal of Tax Research* (eJTR) num período de dois anos. Os critérios de inclusão refletiram os artigos cujo ano de

publicação foi 2015 e 2016, a área de estudo a fiscalidade e a palavra-chave *tax*, sendo que foram identificados e selecionados um total de 180 artigos. Esta amostra teve natureza não probabilística e o método de seleção foi por conveniência uma vez que a possibilidade de escolha não foi idêntica para todos os artigos. As limitações de tempo impostas pela realização deste estudo também concorreram para esta opção.

As variáveis foram desenvolvidas com o propósito de caracterizar os artigos e identificar o perfil das publicações das revistas em análise. Estes atributos eram essencialmente de cariz qualitativo, nominal e quantitativo e encontram-se no quadro operacional de variáveis.

A informação foi identificada através da leitura dos artigos selecionados, tendo por base o método utilizado por Scapens e Bromwich (2001 e 2010). Na verdade, estes autores, apesar de afirmarem que existe alguma subjetividade neste método de recolha de dados, constataam que é a metodologia que fornece informação das publicações de uma forma mais diversificada. Nas situações que não foi possível identificar as variáveis através da leitura do resumo, introdução, metodologias aplicadas e conclusão, foi necessária uma análise mais profunda aos artigos selecionados para este estudo, como forma de elucidação. Após a leitura e a análise dos artigos foram construídas duas bases de dados distintas, em formato *excel*, tendo por base os objetivos específicos do estudo e a análise de um conjunto de variáveis referentes às características dos artigos constituintes e dos respetivos investigadores

No que respeita à base de dados de caracterização do conteúdo dos artigos foram criadas as seguintes variáveis: n.º de identificação do artigo, nome do artigo, ano de publicação, revista pertencente, autores, n.º de autores, tipo de autoria, palavras-chave, tema, metodologia do artigo tendo por base o método de recolha de dados. Os artigos pesquisados foram classificados por tipo de autoria, tendo em conta o número de autores que cooperaram para cada um deles, tendo sido caracterizados em individual e coletiva. Para a categorização da variável “Área de Estudo” foram utilizados os descritores: *Taxation*, *Coporate Tax*, *Tax Incentive*, *Tax Competition*, *Tax Compliance*, *Tax Avoidance/Evasion*, *Book-Tax Difference* (BTD) e *Public Finance* de acordo com o estudo de Reis et al. (2017). Note-se que no tema *Taxation* incluíram-se todos os artigos pesquisados que não foram exequíveis na categorização dos restantes.

Para a categorização do método de recolha de dados foram considerados os artigos cujos métodos tinham sido base de dados, estudo de caso, questionários e entrevista, pesquisas e revisão de literatura. A classificação utilizada para os métodos de recolha de dados estava de acordo com a exposta no estudo de Reis et al. (2017). O método “base de dados” é um método de recolha operacional que consiste na construção de uma própria base de dados definindo previamente as variáveis integrantes. Assim, foram incluídos todos os artigos cujos estudos foram realizados tendo como suporte dados retirados de base de dados. Os artigos que empregaram dados recolhidos através de opiniões pedidas a terceiros foram considerados como questionários e entrevistas. Os artigos cujos dados foram recolhidos através de informação documental resultante da observação direta de uma instituição (privada/pública) foram considerados como estudo de caso. A revisão de literatura foi considerada em todos os artigos que assentavam em um levantamento exaustivo e na respetiva síntese da produção científica da área do estudo.

Quanto à base de dados de caracterização dos investigadores, esta foi composta pelas seguintes variáveis: ano de publicação do artigo, autor, instituição de afiliação no momento da publicação dos artigos, país/continente de afiliação dos autores.

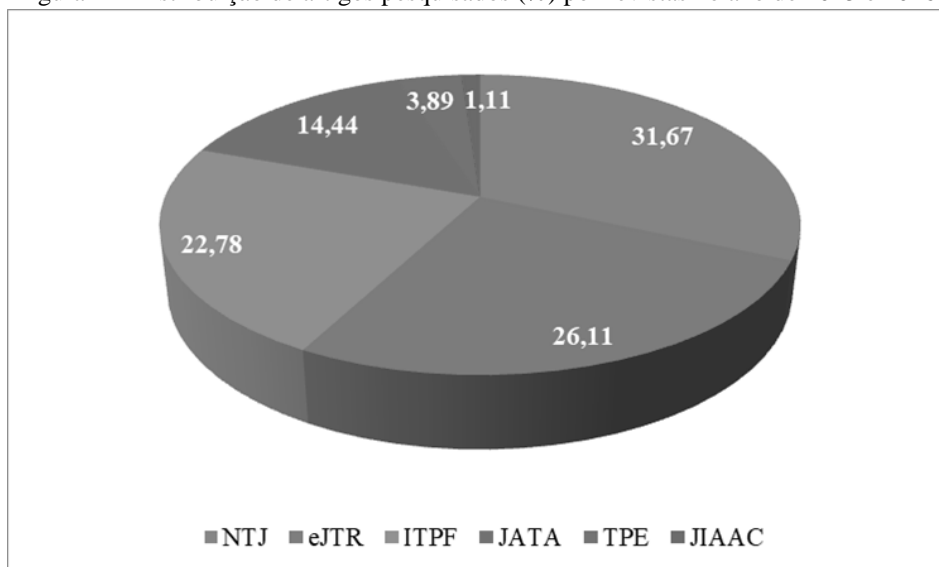
Para que fosse possível identificar o país de afiliação dos autores os mesmos foram identificados tendo por base o método de estudo utilizado por Lukka e Kasanen (1996) em que afirmam que a única forma possível de identificar o país de afiliação dos autores é através da identificação do país de vínculo universitário, tendo sido considerada a nacionalidade dos mesmos com base nessa informação. No entanto, no presente estudo, o mesmo teve algumas alterações na medida em que nem todos os autores estavam afiliados a uma universidade estando também afiliados a centros de investigação e a instituições. Assim para variável foi considerada não só a Universidade de afiliação como o Centro de Investigação e a Instituição a que os autores estavam afiliados à data da publicação dos artigos.

4 – RESULTADOS

Um dos objetivos deste estudo recaiu na definição do perfil dos artigos pesquisados. Logo, examinaram-se as variáveis: revista, tema, método de recolha de dados e n.º de investigadores tendo em conta os anos em estudo.

Os 180 artigos pesquisados neste estudo, na área da fiscalidade, encontravam-se publicados maioritariamente em três revistas: na NTJ (31,67%), na eJTR (26,11%) e na ITPF (22,78%). A revista menos representada foi a JIAAC (1,11%) (ver figura 1).

Figura 1 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por revistas no ano de 2015 e 2016.



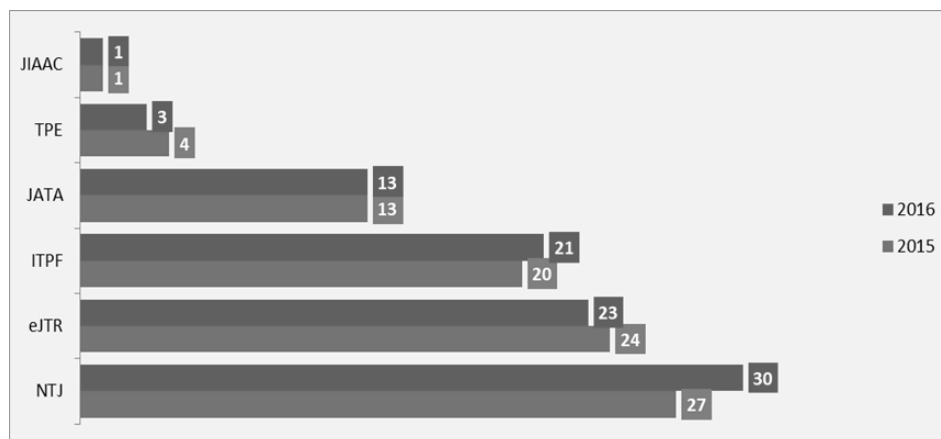
A tendência descrita anteriormente repetiu-se em 2015 e em 2016, isto é, as revistas NTJ, eJTR e ITPF foram as revistas com maior representação na amostra de artigos pesquisados, sendo a JIAAC a menos representada (ver tabela 1).

A taxa de variação entre 2015 e 2016 exibiu um incremento do número de artigos publicados, na área da fiscalidade, nas revistas NTJ (11,1%) e na ITPF (5,0%). Apesar da eJTR figurar entre as revistas com maior número de artigos publicados, apresentou uma quebra de 4,2% em 2016 (n=23) face a 2015 (n=24) (ver Figura 2). As revistas JATA e JIACC mantiveram-se estáveis neste período, relativamente ao número de artigos publicados. Note-se que às contagens pequenas estão associadas variações percentuais grandes, o que explica o decréscimo de artigos publicados na revista TPE (25 %).

Tabela N.º 1 – Distribuição de artigos pesquisados por revistas e ano (n,%).

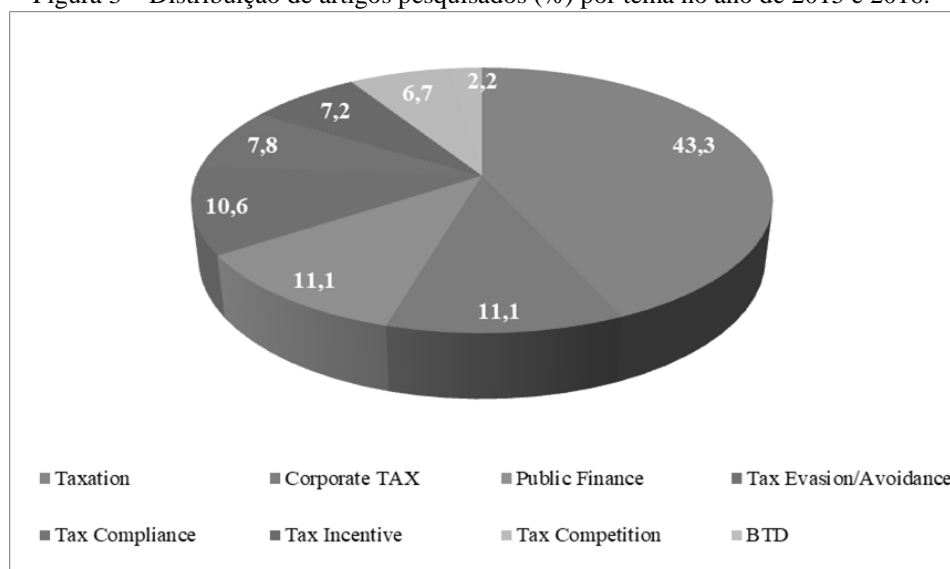
Revista	Ano				Variação (%)
	2015		2016		
	n	(%)	n	(%)	
NTJ	27	30,3	30	33,0	11,1
eJTR	24	27	23	25,3	-4,2
ITPF	20	22,5	21	23,1	5,0
JATA	13	14,6	13	14,3	0,0
TPE	4	4,49	3	3,3	-25,0
JIAAC	1	1,12	1	1,1	0,0
Total Geral	89	100,0	91	100,0	2,2

Figura 2 – Evolução dos artigos pesquisados por revista e ano.



No contexto deste estudo, verificou-se que os temas, na área da fiscalidade, mais examinados foram *Taxation* (43,3%), *Corporate Tax* (11,1%) e *Public Finance* (11,1%). O tema menos considerado, neste período em análise, foi *BTD* (2,2%) (ver figura 3).

Figura 3 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por tema no ano de 2015 e 2016.



A tendência descrita anteriormente repetiu-se no ano de 2016, isto é, os temas *Taxation* (36,3%), *Corporate Tax* (13,2%) e *Public Finance* (15,4%) foram os mais investigados. Em 2015, os temas *Taxation* (50,6%), *Corporate Tax* (9%) e *Tax Avoidance/Evasion* (9%) assumiram-se como os mais representativos na amostra de artigos pesquisados, traduzindo uma disposição diferente à encontrada no ano de 2016. O tema *BTD* foi o tema menos analisado em 2015 (1,1%) e em 2016 (3,3%) (ver tabela 2).

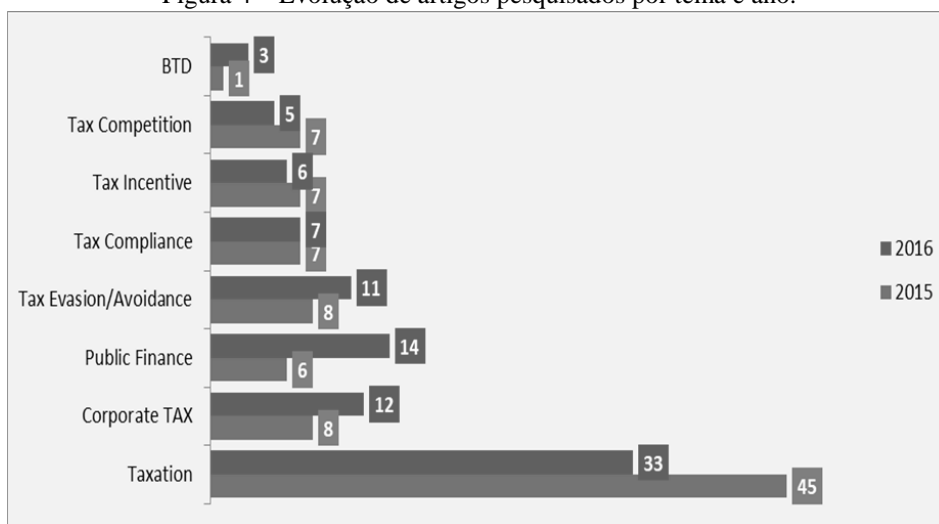
O número de artigos publicados com o tema *Public Finance* exibiu o maior acréscimo, 133,3%, em 2016 (n=14) face a 2015 (n=6), dado que em 2015 este tema era menos considerado pelos investigadores. Apesar do tema *Taxation* afigurar entre os temas com maior número de artigos publicados, apresentou uma quebra de 26,7% em 2016 (n=33) face a 2015 (n=45) (ver figura 4). Os temas *Tax Competition* (-28,6 %) e *Tax Incentive* (-14,3%) também verificaram quebras ligeiras de publicação neste período. Note-se que às contagens pequenas estão associadas variações percentuais grandes, o que explica o acréscimo de artigos publicados no tema *BTD* (200 %).

Tabela N.º 2 – Distribuição de artigos pesquisados por tema e ano (n, %).

Temas	Ano				Taxa de variação (%)
	2015		2016		
	n	(%)	n	(%)	

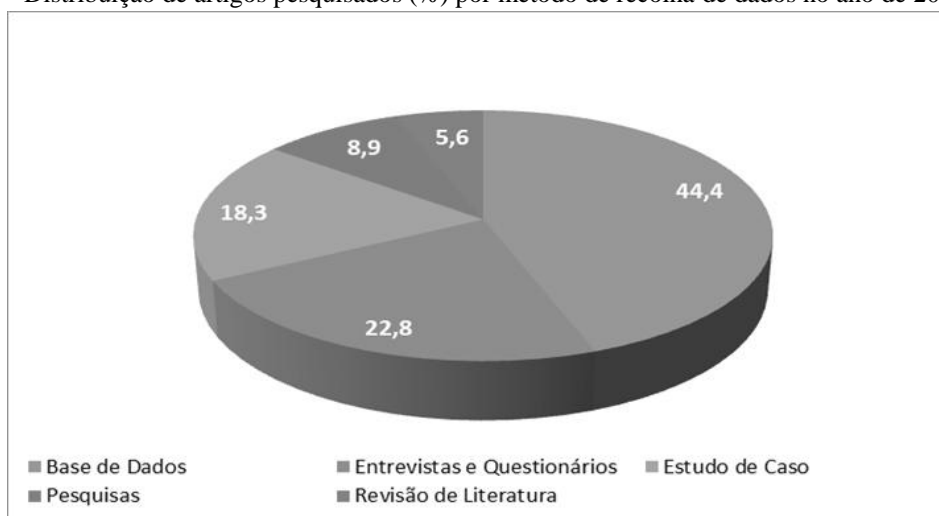
<i>Taxation</i>	45	50,6	33	36,3	-26,7
<i>Corporate TAX</i>	8	9,0	12	13,2	50,0
<i>Public Finance</i>	6	6,7	14	15,4	133,3
<i>Tax Evasion/Avoidance</i>	8	9,0	11	12,1	37,5
<i>Tax Compliance</i>	7	7,9	7	7,7	0,0
<i>Tax Incentive</i>	7	7,9	6	6,6	-14,3
<i>Tax Competition</i>	7	7,9	5	5,5	-28,6
BTD	1	1,1	3	3,3	200,0
Total Geral	89	100,0	91	100,0	2,2

Figura 4 – Evolução de artigos pesquisados por tema e ano.



Os métodos de recolha de dados mais aplicados nos artigos pesquisados foram “Base de Dados” (44,4%), “Entrevistas e Questionários” (22,8%) e “Estudo de caso” (18,3%). Esta tendência está de acordo com os resultados obtidos no estudo de Reis et al. (2017) no qual os métodos de recolha de dados mais frequentes também foram base de dados (42,7%) e o estudo de caso (23%). A revisão de literatura correspondeu ao método menos usado (5,6%).

Figura 5 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por método de recolha de dados no ano de 2015 e 2016.



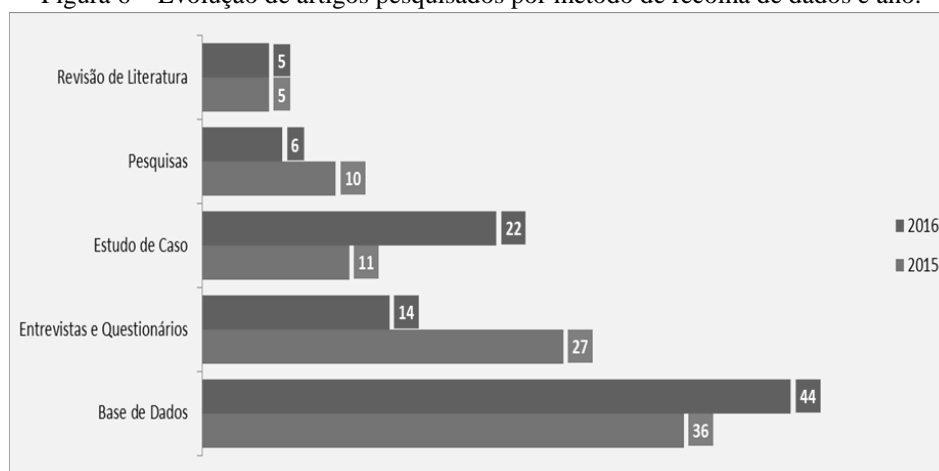
De acordo com a análise individual por ano tem-se que o ano de 2015 e o ano de 2016 exibiram a mesma tendência, onde as bases de dados, entrevistas, questionários e estudos de casos dominaram os métodos de recolha de dados (ver tabela 3).

Através da análise da taxa de variação entre 2015 e 2016 verificou-se o aumento da aplicação de bases de dados (22,2%) e estudos de casos (100%) na investigação em fiscalidade (ver tabela 3 e figura 6). A base de dados tem vindo a ser cada vez mais aproveitada devido ao seu carácter operacional, incluído a facilidade de recolha de dados também proporcionada pela disponibilização de plataformas digitais na internet, uma vez que facilita o acesso e a pesquisa de dados. O aumento dos estudos de caso poderá estar relacionado com o facto das próprias instituições estarem focadas na sua própria realidade, incluindo na resolução de problemas, tomada de decisão e planeamento fiscal, por exemplo. Já as entrevistas e os questionários, em igual período, mostraram uma diminuição (-48,1%) sendo que no estudo de Reis et al. (2017) o questionário foi o método de recolha de dados que tem vindo a ser cada vez menos aplicado.

Tabela N.º 3 – Distribuição de artigos pesquisados por método de recolha de dados e ano (n,%).

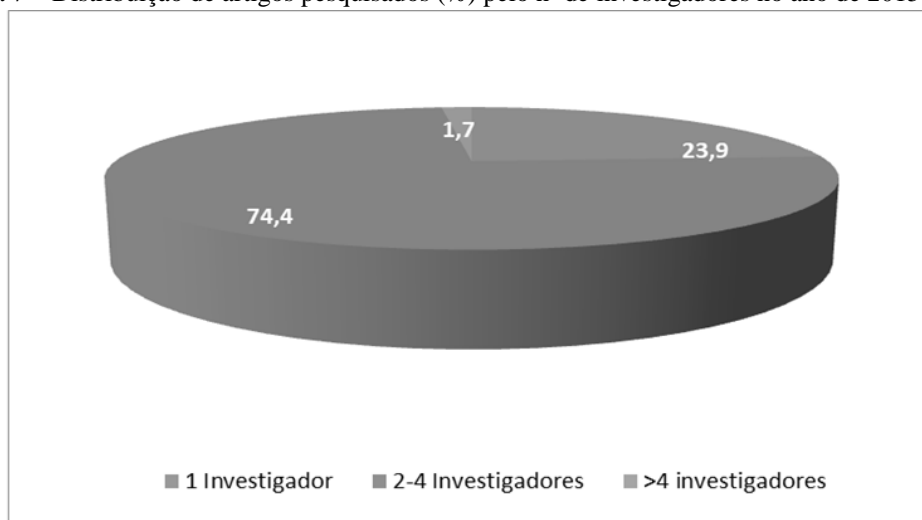
Temas	Ano				Taxa de variação (%)
	2015		2016		
	n	(%)	n	(%)	
Base de Dados	36	40,4	44	48,4	22,2
Entrevistas e Questionários	27	30,3	14	15,4	-48,1
Estudo de Caso	11	12,4	22	24,2	100,0
Pesquisas	10	11,2	6	6,6	-40,0
Revisão de Literatura	5	5,6	5	5,5	0,0
Total Geral	89	100,0	91	100,0	2,2

Figura 6 – Evolução de artigos pesquisados por método de recolha de dados e ano.



O n.º de investigadores, associado aos artigos pesquisados, na maioria figurou entre 2 a 4 (74,4%). Este indicador permitiu categorizar o tipo de autoria do artigo em individual ou coletiva. Apenas 1,7 % dos artigos contemplava um autor (autoria individual). Na ótica da autoria coletiva, 98,3% dos artigos foram concretizados por 2 ou mais investigadores. Estes resultados estão de acordo com o estudo realizado por Reis et al. (2017).

Figura 7 – Distribuição de artigos pesquisados (%) pelo n° de investigadores no ano de 2015 e 2016.

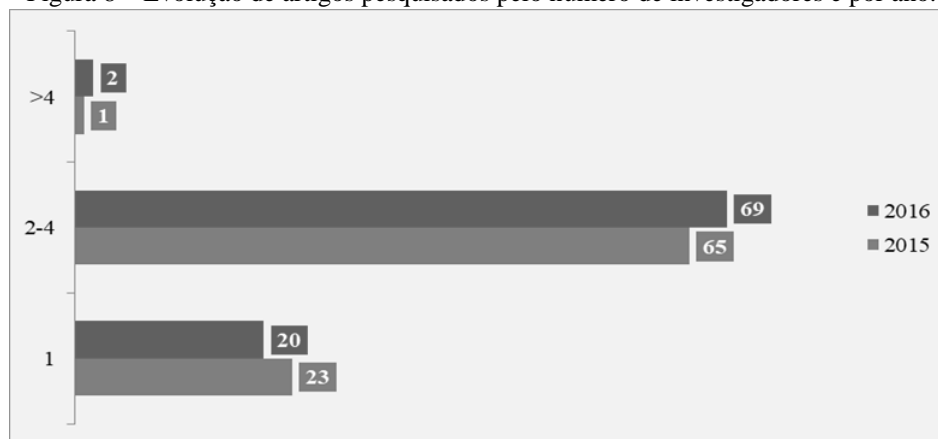


De acordo com a análise individual por ano tem-se que o ano de 2015 e o ano de 2016 exibiram a mesma tendência, ou seja, a autoria coletiva prevaleceu face à individual. Através da análise da taxa de variação entre 2015 e 2016 verificou-se o aumento do n.º de artigos concretizados por 2 a 4 investigadores (6,2%) e a individual, com um investigador diminuiu (-13%) (ver tabela 4 e figura 8).

Tabela N.º 4 – Distribuição de artigos pesquisados pelo número de investigadores e por ano (n,%).

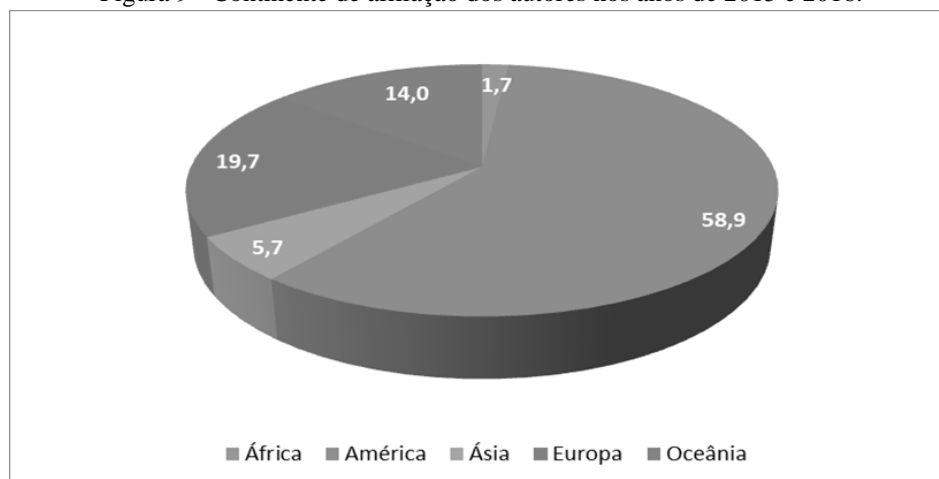
Temas	Ano				Taxa de variação (%)
	2015		2016		
	n	(%)	n	(%)	(%)
1	23	25,84	20	21,98	-13,0
2-4	65	73,03	69	75,82	6,2
>4	1	1,12	2	2,2	100,0
Total Geral	89	100,0	91	100,0	2,2

Figura 8 – Evolução de artigos pesquisados pelo número de investigadores e por ano.



A afiliação geográfica permitiu aferir o país e o continente da instituição à qual o investigador encontrava-se afiliado, à data da publicação do artigo. Assim, a maioria dos investigadores estavam afiliados, durante 2015 e 2016, no continente Americano (58,9%), mais concretamente na América do Norte, e no continente Europeu (19,7%). Esta tendência foi de encontro aos resultados obtidos no estudo de Reis et al. (2017). O continente com menos exposição, na afiliação geográfica dos investigadores, foi África (1,7%). Note-se que os cinco continentes existentes a nível mundial estavam todos representados na amostra do estudo.

Figura 9 - Continente de afiliação dos autores nos anos de 2015 e 2016.



Atendendo à análise anual, em 2015 e 2016, foram também os continentes Americano e Europeu os que exibiram maior constância face à afiliação geográfica dos investigadores. A taxa de variação entre 2015 e 2016 mostrou que os investigadores com afiliação no continente Americano, Asiático e Africano aumentaram. Apesar do continente Europeu ser um dos continentes com maior n.º de investigadores afiliados, em 2016 sofreu uma quebra face a 2015 (-9,5%) (ver tabela 5).

Tabela N.º 5 – Distribuição dos investigadores afiliados por continente e por ano (n,%).

Continente	2015		2016		Taxa de Variação (%)
	n	(%)	n	(%)	
América	118	58,4	121	59,3	2,5
Europa	42	20,8	38	18,6	-9,5
Oceânia	30	14,9	27	13,2	-10,0
Ásia	10	4,95	13	6,4	30,0
África	2	0,99	5	2,5	150,0
Total geral	202	100	204	100,0	1,0

5 – CONCLUSÕES

Nesta investigação foi definido como objetivo geral o perfil da investigação em fiscalidade, tendo como base os artigos publicados nos anos de 2015 e 2016 nas revistas mais prestigiadas nesta área. Foi possível verificar que a *Taxation* foi a área temática mais abordada, seguida da *Corporate Tax*. Por outro lado, a *BTD* foi a menos pesquisada nos dois anos em estudo. Observou-se que a *Public Finance* registou o maior aumento de artigos entre 2015 e 2016. Pelo contrário, apesar de ser das áreas mais pesquisadas, foi a *Taxation* que sofreu a maior redução no período em destaque. Relativamente às metodologias mais utilizadas conclui-se que mais de metade das publicações optam por utilizar como metodologia de recolha as bases de dados, observando-se ainda uma crescente utilização dos mesmos ao longo dos anos analisados. Este método de recolha de dados tem uma natureza muito operacional na organização, normalização e controle de dados, de tal forma que as informações investigadas podem ser recolhidas de forma rigorosa com vista à obtenção de resultados objetivos. A revisão de literatura foi o método que apresentou o maior acréscimo entre 2015 e 2016.

No que respeita ao segundo objetivo, e depois de terem sido analisadas algumas das características dos investigadores, podemos concluir que relativamente ao tipo de autoria mais utilizado é a coletiva que possui uma maior representação. Por outro lado, verificou-se uma ligeira diminuição entre 2015 e 2016 nas autorias de forma individual. Ainda assim, numa análise mais detalhada ao número de investigadores por artigo, foi verificado que os artigos publicados por dois investigadores apresentam uma maior constância, seguido dos artigos com três investigadores. Através da análise dos países de afiliação, concluímos que maior parte dos

investigadores estão afiliados ao continente americano, mais concretamente à América do Norte. Por outro lado, encontramos, com menor percentagem, uma presença de alguns investigadores provenientes do continente Europeu e Asiático. A maioria dos investigadores está afiliada a universidades também da América do Norte, mais concretamente nos Estados Unidos da América. Também foi possível verificar que, apesar de nem todos os investigadores estarem afiliados a uma universidade, estavam afiliados a instituições governamentais e privadas.

Note-se que mesmo nesta era digital, em que a utilização de plataformas digitais e inteligentes é cada vez mais frequente, uma pesquisa fiscal completa e eficiente requer uma abordagem "de retorno à essência", onde o processo passa primeiro por aferir o contexto atual e definir os temas a estudar, em seguida procurar as fontes primárias mais relevantes e aplicá-las aos fatos e, finalmente, conferir os resultados obtidos para verificar a concisão. Assim o investigador ao favorecer uma visão global, com base em apreciações de especialistas, conferindo ao processo de pesquisa o tempo suficiente para considerar o máximo de perspectivas em apreço, concentrando os fatos e observando o enquadramento genérico, contribuirá para obter a informação fiscal requerida em tempo útil, com precisão e valor.

Uma das limitações desta investigação prende-se com a inexistência de mais revistas indexadas do mesmo género na área da fiscalidade o que faz com que não seja possível fazer uma maior comparação dos resultados que foram apresentados. Por outro lado, é verificada uma subjetividade na categorização dos artigos em algumas variáveis recolhidas, mais na variável método de recolha de dados, uma vez que para a elaboração da base de dados, foi executada com recurso à leitura dos artigos e ao preenchimento manual da mesma.

Tendo em conta o desenvolvido ao longo deste estudo e os resultados apresentados sugerem-se estender o estudo a outras revistas não indexadas, com o objetivo de aferir a existência de outras revistas influentes nesta área e alargar o período de estudo de modo a apreciar a continuidade, quer prospetiva quer retrospectiva, das tendências da pesquisa em fiscalidade.

BIBLIOGRAFIA

- Block, W. E. (1989). The Justification of Taxation in the Public Finance Literature: An Unorthodox View. *Economia Delle Scelte Pubbliche*, 3.
- Chan, K. C., Seow, G. S., & Tam, K. (2009). Ranking accounting journals using dissertation citation analysis: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 34(6): 875-885.
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2006). Corporate tax avoidance and high-powered incentives. *Journal of Financial Economics*, 79(1), 145-179.
- Devereux, M. P., Griffith, R., & Klemm, A. (2002). Corporate income tax reforms and international tax competition. *Economic policy*, 17(35), 449-495.
- Etro, F. (2016). Research in economics and public finance. *Research in Economics* 70
- Guenther, D. (2011). What do we learn from large book-tax differences. Unpublished paper, University of Oregon.
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2009). A Review of Tax Research. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2): 127-178.
- Hanlon, M., Krishnan, G. V., & Mills, L. F. (2012). Audit fees and book-tax differences. *Journal of the American Taxation Association*, 34(1): 55-86.
- Herron, T. L., & Hall, T. W. (2004). Faculty perceptions of journals: Quality and publishing feasibility. *Journal of Accounting Education*, 22(3): 175-210.
- Hines, J. (1999). Lessons from behavioral responses to international taxation. *National Tax Journal*, 52: 305-322.
- James, S., & Alley, C. (2002). Tax compliance, self-assessment and tax administration.
- Klemm, M. A. (2009). Causes, benefits, and risks of business tax incentives (No. 9-21). International Monetary Fund.
- Lamb M. & Lymer A. (1999): Taxation research in an accounting context: future prospects and interdisciplinary perspectives, *European Accounting Review*, 8(4): 749- 776.
- Lowensohn, S., & Samelson, D. P. (2006). An examination of faculty perceptions of academic journal quality within five specialized areas of accounting research. *Issues in Accounting Education*, 21(3): 219-239.
- Lukka, K.; Kasanen, E. (1996). Is accounting a global or a local discipline. Evidence from major research journals. *Accounting, Organizations and Society*, 21(7): 755-773.
- Maydew, E. (2001). Empirical tax research in accounting: A discussion. *Journal of Accounting and Economics*, 31: 389-403.
- Prichard, W. (2016). Reassessing Tax and Development Research: A New Dataset, New Findings, and Lessons for Research. *World Development*, 80: 48-60.
- Reis, A., Dias, P., & Machado, M. (2017). A caracterização da investigação em fiscalidade. *Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*, (29), 1-15.
- Rosen, H. S. (2004). Public finance. In *The Encyclopedia of Public Choice* (pp. 252-262).
- Scapens, R.W.; Bromwich, M. (2001). Editorial report – Management accounting research: the first decade. *Management Accounting Research*, 12(2): 245-254.
- Scapens, R.W.; Bromwich, M. (2010). Editorial report – Management accounting research: 20 years on. *Management Accounting Research*, 21(4): 278-284.

Schneider, F. G. (2008). Readings in public choice and constitutional political economy. C. K. Rowley (Ed.). New York, NY: Springer.

Scholes, M., Wolfson, M., (1992). Taxes and Business Strategy: a Planning Approach. Prentice-Hall, Inc., Engelwood Cliffs, NJ.

Shackelford, D., & Shevlin, T. (2001). Empirical tax research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31: 321-387.

Talpos, I., & Crásneac, A. O. (2010). The Effects of Tax Competition. *Theoretical & Applied Economics*, 17(8)